

ÁLVARO NASCIMENTO, CHAIRMAN DA CAIXA, GARANTE APOSTA PRIORITÁRIA NO FINANCIAMENTO DO SETOR EMPRESARIAL

“A CGD quer ser um banco muito mais

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) reforçou em 2013 a sua quota de mercado no segmento do crédito às empresas, consolidando o desempenho a esse nível verificado nos últimos cinco anos. E assume que quer contribuir para a alteração estrutural da economia portuguesa, mais assente no setor dos bens transacionáveis. Em entrevista à “Vida Económica” à margem da conferência “Contribuição da Indústria para o desempenho da Economia”, que decorreu na Universidade Católica do Porto, o chairman da CGD confirmou essa estratégia. “A Caixa quer ser um banco de empresas, muito mais próximo das PME e de fomento da atividade empresarial”, disse Álvaro Nascimento, aplaudindo a criação do Banco de Fomento que é, aliás, “salutar, bem-vindo e vai colmatar uma falha do mercado”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Esta conferência foi sobre a “Contribuição da Indústria para o desempenho da Economia”, mas as empresas, nomeadamente as de base industrial, necessitam de financiamento para crescerem. Crê que se esteja a gerar uma nova onda favorável ao financiamento das empresas?

Álvaro Nascimento – Repare: eu acho que o financiamento das empresas sempre existiu. Não creio que esteja a gerar-se uma onda nova.

VE – Existiu, mas em condições difíceis, com juros e ‘spreads’ muito altos.

AN – Não, as boas empresas sempre tiveram bons créditos. A questão do crédito ser caro para algumas empresas tem a ver com a qualidade dos projetos. E o nível de risco a que [as empresas] expõem as instituições financeiras é demasiado elevado e têm de pagar um prémio de risco por essa decisão. Mas é a única situação em cima da mesa. Se eu colocar hoje em dia diferentes empresas e a relação da qualidade empresarial com os ‘spreads’, vejo que há empresas com ‘spreads’ muito interessantes em termos competitivos. Se, de facto, se pegar num conjunto de empresas que se



“A Caixa tem das melhores quotas de mercado em termos de novos projetos financiados e aparece no topo como a instituição que mais crédito concede ao abrigo dos programas de desenvolvimento empresarial”, diz Álvaro Nascimento.

Recursos financeiros prioritariamente canalizados para as empresas

O crescimento dos volumes de crédito à economia está hoje em dia “fortemente condicionado por um conjunto de matérias, nomeadamente os rácios de capital” das empresas. Ainda assim, garante Álvaro Nascimento à “Vida Económica”, “todo o crescimento que consigamos fazer nos próximos tempos será feito maioritariamente orientado para o setor empresarial”. Explicando que o crédito hipotecário hoje “está estagnado” no balanço de todos os bancos, o chairman da CGD não tem dúvidas: “o segmento que pode crescer é o empresarial”. E deixa uma garantia: “à medida que se vão libertando recursos [financeiros], eles são prioritariamente canalizados para as empresas”. Essa é “a única forma de crescer em actividade”.



CGD - Relatório de actividade 2013.

queixam que têm um custo de financiamento elevado, vemos que tem tudo a ver com a questão empresarial. E aí voltamos àquilo que foi dito na sessão de hoje, ou seja, grande parte dos problemas das empresas pode ser resolvido pelas próprias empresas. Ou reajustando as suas estruturas de financiamento ou reposicionando-se estrategicamente ou mostrando que têm negócios lucrativos e rentáveis. Porque, se isso acontecer, o setor financeiro financia e aceita cobrar ‘spreads’ sobre o risco do crédito ajustados ao nível de risco empresarial e a economia continua a crescer. Agora, nós não podemos colocar o ónus no setor financeiro, dizendo que não disponibiliza recursos para a economia, no sentido de a não financiar, porque, de facto, na maior par-

te das vezes, não temos pela frente projetos de investimento e procura suficiente para que possamos perceber onde podemos chegar. E esse é que o grande problema da economia: é a qualidade do tecido empresarial.

VE – Que papel tem aqui a CGD no financiamento das empresas?

AN – Podia responder-lhe de várias maneiras. No que diz respeito à eficácia das intervenções no financiamento às empresas, a Caixa tem feito, nos últimos tempos, um esforço muito grande – até como advém da carta de missão que nos foi entregue pelo Governo – em financiar o setor produtivo [ver caixa]. A Caixa tem hoje das melhores quotas de mercado em termos de novos projetos financia-

dos e aparece normalmente no topo de lista como a instituição que mais crédito concede ao abrigo dos programas de desenvolvimento empresarial e comunitário. Obviamente que é um crescimento condicionado pela própria dinâmica empresarial. E não podemos deixar de reconhecer que o nível de investimento feito em Portugal nos últimos anos tem sido muito reduzido. E não é reduzido porque não haja financiamento. É reduzido, porque as empresas estavam com excesso de capacidade, expandiram a produção e suportaram as exportações com recurso à capacidade excedentária que tinham instalada e não houve uma grande procura de crédito. E, sempre que ela existiu, nós estivemos lá e fomos capazes de a financiar.



próximo das PME”

“O Banco de Fomento está muito focado na renovação do tecido empresarial e na forma como recapitalizamos as empresas. E essa é uma função distinta daquela que a CGD desempenha hoje”

VE – O novo ciclo de apoios comunitários para 2014-2020 poderá gerar uma nova de investimento?

AN – Poderá, embora ainda não seja completamente clara a forma como os novos apoios comunitários irão apoiar o investimento empresarial. Acredito que, se houver um conjunto de orientações que vão no sentido do que acabei de dizer, ou seja, da melhoria da qualidade da gestão e do posicionamento estratégico das empresas e de estas saberem perceber melhor a economia em que se movem no sentido de aumentar a sua competitividade, haverá um espaço de crescimento e de investimento e, obviamente, com interesse do lado dos financiadores.

VE – O Governo criou a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), mais conhecida por Banco do Fomento, mas muitos têm afirmado que a CGD podia desempenhar esse papel. O que pensa disso?

AN – Há funções na nova IFD que têm contornos muito diferentes do que é uma atividade bancária tradicional de financiamento. Entendo que a nova Instituição está focada na renovação do tecido empresarial e, nomeadamente, na maneira como perpetuamos o financiamento a médio e longo prazo e a forma como recapitalizamos as empresas. E essa é uma função distinta daquela que a CGD desempenha hoje. Este é o primeiro enquadramento. Estamos a falar de uma lógica associada a uma política mais industrial, que não é necessariamente a função de um banco comercial como é a Caixa, que está, aliás, sujeito a todas as regras de supervisão e concorrência. Não podemos esquecer que, apesar de sermos um banco público, não somos um departamento do Governo. Temos de operar como empresa competitiva e cumprir com as regras do mercado. Seria impossível o Governo criar condições especiais para a Caixa para determinadas linhas particulares sem poder criar para todo o setor bancário.

Uma segunda dimensão: eu espero – e tanto quanto está previsto – que a IFD seja um complemento ao setor financeiro. Não seria possível ao Governo dar instruções específicas à Caixa em determinado sentido para executar determinada política

industrial, mas é possível a um departamento do Governo criar uma instituição que desempenhe um conjunto de funções que vão ter réplica em todo o setor empresarial. E, do que já foi anunciado, a IFD vai trabalhar com todo o setor bancário e, nessa dimensão, a Caixa será um interlocutor natural. Com a característica de ser um banco público, que tem um conjunto de orientações estratégicas que também são discutidas com o Governo, contrariamente às outras instituições financeiras privadas. Mas não deixa de ser claro que essa articulação será necessária, até porque o Banco de Fomento não vai ser um banco comercial.

VE – O Banco de Fomento também deverá gerir os fundos reembolsáveis do Portugal 2020. A Caixa também não poderia desempenhar esse papel?

AN – Não lhe sei dizer do ponto de vista legal, mas que não faria sentido, não. Eu até posso ter um mandato para gerir um determinado fundo, num concurso competitivo, ao qual concorro e o qual vou gerindo de acordo com um determinado programa, mas não é necessariamente algo que tenha de ser feito por uma instituição pública. Existe aqui um conjunto de orientações de política industrial, que tem por objetivo desempenhar um conjunto de orientações de setores de atividade e de promoção da atividade económica, que é desenhado a nível central e que tem de estar alinhado com as instituições – IAPMEI, AICEP – e que desenha um conjunto de produtos que coloca ao dispor do setor financeiro para financiar o resto da economia. E é assim que tem de ser. A existência do Banco de Fomento como instituição agregadora que vai facilitar o negócio no setor empresarial é salutar, é bem-vinda e vai colmatar uma falha do mercado.

VE – O Banco de Fomento e o papel que lhe é atribuído não inferioriza, de alguma maneira, o banco público que é a CGD?

AN – Não estou a ver porquê. Não consigo ver nessa perspetiva.

VE – Pergunto-lhe de outra forma: não sente que a CGD necessita de reposicionar o seu papel na economia?

NA – Isso de reposicionar é uma questão complexa. O reposicionamento da CGD na economia está a ser feito quando esta quer ser um banco de empresas. E quer migrar a sua atividade para ser um banco muito mais próximo das PME e de fomento da atividade empresarial. A Caixa está com esse posicionamento no setor empresarial, com os instrumentos que lhe são típicos. E, como qualquer outra instituição financeira, opera num mercado competitivo e regulado, não pode ter um tratamento de exceção perante os restantes operadores. O que significa que esse reposicionamento está a acontecer.



ID: 53702938

02-05-2014



36 Mercados
"A CGD quer ser
um banco muito mais próximo
das PME"



ÁLVARO NASCIMENTO, "CHAIRMAN" DA CAIXA, GARANTE

"A CGD quer ser um banco muito mais próximo das empresas"

Págs. 36 e 37